



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio
Cultural
ISSN: 1695-7121
info@pasosonline.org
Universidad de La Laguna
España

Bastos, Sênia

Nosso Patrimônio Cultural: uma metodologia de pesquisa

PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 2, núm. 2, junio, 2004, pp. 257-265
Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88120208>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Nosso Patrimônio Cultural: uma metodologia de pesquisa

Sênia Bastos[†]

Universidade Anhembi Morumbi (Brasil)

Resumo: O conceito patrimônio cultural é relativamente novo. O patrimônio cultural é entendido como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais, expressões e fazeres das classes populares, além do tradicional patrimônio histórico e artístico. A identificação do patrimônio cultural da cidade de São Paulo tem como instrumento de pesquisa um inventário que busca evidenciar bens tangíveis e intangíveis coletivamente importantes, com a preocupação de relacionar turismo e patrimônio.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural ; Políticas de preservação; Inventário; Turismo

Abstract: The concept cultural heritage is relatively new. The cultural heritage is understood as ample and diversified a joint one of cultural goods, expressions and to make of the popular classrooms, beyond the traditional historic and artistic site. The identification of the cultural heritage of the city of São Paulo has as research instrument an inventory that it search to evidence collectively important tangible and intangible goods, with the concern to relate tourism and patrimony.

Keywords: Cultural heritage; Preservation policy; Inventory; Tourism

Revisitando o patrimônio cultural e a prática preservacionista em São Paulo

As primeiras iniciativas referentes à permanência e a conservação do patrimônio remontam ao século XVIII. Por meio de um alvará o rei Dom João V determinou a realização de um inventário, a fim de identificar o patrimônio edificado existente em Portugal, evitando assim sua desfiguração ou destruição.

¹ Por sua vez, a Inglaterra encontrava-se às voltas com uma discussão conceitual sobre os procedimentos técnicos a serem adotados na restauração de imóveis históricos. O marco da preocupação francesa com os monumentos históricos pode ser situado em 1837, quando os remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos passam a ser estudados pela primeira Comissão dos Monumentos Históricos².

A política internacional de preservação, que se propôs a unificar conceitos e critérios comuns na defesa do patrimônio, só foi possível após o término da Primeira Guerra Mundial, dada a necessidade de recuperação das edificações comprometidas durante as batalhas. Esta preocupação motivou os profissionais ligados à área de preservação a realizarem a Primeira Conferência Internacional para a Conservação de Monumentos Históricos.³ O documento resultante da Conferência ficou conhecido como Carta de Atenas, e constitui um marco na definição de diretrizes para a questão de reconstrução de edificações deterioradas. Seguiram-se outras reuniões internacionais, das quais se destacam as decisões de se considerar as obras monumentais de cada povo como um patrimônio comum da humanidade, bem como a necessidade de se delegar a responsabilidade pela preservação do patrimônio histórico aos poderes locais.

As cartas internacionais contemplam amplas questões acerca da preservação e restauração do patrimônio mundial, tendo influenciado as iniciativas preservacionistas brasileiras.

A necessidade de se preservar o patrimônio histórico-arquitetônico no Brasil se intensifica na década de 1910. Em meio às remodelações urbanas

influenciadas pelo ideário europeu⁴, manifestava-se um movimento de valorização da cultura nacional e propostas de proteção de bens culturais, antecedendo o espírito da Semana de Arte Moderna.⁵

Valorizava-se o patrimônio enquanto uma representação material da nação. Estilos arquitetônicos são revistos a fim de recuperar a arquitetura de caráter nacional, em nítida oposição ao estilo predominante: o ecletismo. Em meio a esse movimento, nosso patrimônio passa a ser carregado de simbolismo, materializando elementos da memória nacional. Instituições com funções nitidamente educacionais, tais como museus e monumentos históricos, são criadas por iniciativa do estado brasileiro.⁶



Foto 1. Pátio do Colégio: Logradouro de interesse histórico. Demolido em 1896 o edifício hoje existente é uma representação do antigo colégio e da igreja, objetivando resgatar elementos históricos da cidade. Em seu interior abriga um museu com objetos e documentos da cidade e da Companhia de Jesus.

Coincidindo com esse espírito organizam-se as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Para valorizar o fato histórico é realizado um concurso público internacional destinado a estabelecer no logradouro do Ipiranga um monumento. Vitorioso é o projeto de Ettore Ximenes que se distingue dos demais por conter a representação do quadro de Pedro Américo em sua estrutura.

Criado em 1937, nosso primeiro órgão

federal de proteção do patrimônio, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁷, segue a tendência internacional: adota um conceito tradicional de patrimônio, com ênfase aos aspectos históricos e artísticos, bem como a valorização do monumento histórico. Sua trajetória é marcada pela valorização da arquitetura tradicional brasileira, ou seja, sua prática preservacionista protegeu bens característicos da história da arquitetura brasileira.

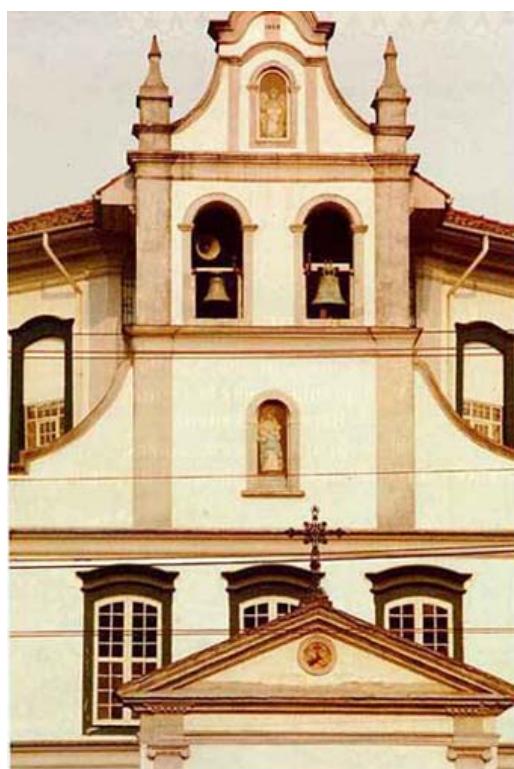


Foto 2. Exemplar Arquitetônico: Convento da Luz. Construído em taipa de pilão por volta de 1774, o Mosteiro da Luz é considerado um dos mais importantes monumentos arquitetônicos coloniais paulistas. O precioso acervo é composto por mais de 4.000 obras de arte religiosa entre imaginária sacra, retábulos, oratórios, objetos litúrgicos e livros raros dos séculos XVI ao XX.

Esta concepção reduziu o alcance da política preservacionista federal, predominando tombamentos de edificações de interesse histórico, exemplares de técnicas construtivas de séculos anteriores, a partir de uma nítida separação entre erudito e popular, em detrimento à preservação e ao estudo de bens de caráter popular. Acrescenta-se a isto o fato de

muitos bens terem sido contemplados de forma isolada, desprezando-se o contexto nos quais se inscreviam, bem como a organicidade existente entre as edificações e os logradouros.⁸

Apenas em meados dos anos setenta, que bens e manifestações populares, culturais e artísticas passaram a ser estudadas pelo IPHAN.⁹ Isso se deve à mundialização dos valores e referências internacionais da noção de patrimônio, a partir da criação do conceito “patrimônio cultural da humanidade”, pela Unesco¹⁰. Valorizaram-se, então, os bens culturais não-consagrados, expressões e fazeres das classes populares, cujos elementos conferem particularidades à nação.¹¹ Buscou-se, ainda, analisar os bens integrados aos seus sistemas, relacionando-os ao seu habitat, sem os tratar como obras autônomas, atentos às transformações cotidianas.

Os anos sessenta foram marcados pela valorização econômica do patrimônio. Disposto a incrementar a atividade turística brasileira, o governo Castelo Branco estabeleceu condições propícias para a criação dos órgãos de proteção do patrimônio paulista, nas instâncias estadual e municipal.

Em 1968 é organizado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – Condephaat, que tem, na sua origem, uma noção de patrimônio marcada pelo culto cívico ao passado. Nota-se ainda a ênfase em potencializar o patrimônio enquanto produto de consumo cultural, incrementando, assim, o turismo.

Para tratar as questões municipais ligadas a preservação da cidade de São Paulo, foi criada a Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, hoje transformada em Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA. Inicialmente implementou um levantamento de bens significativos da área central, seguido por uma lei destinada a protegê-los.¹² Para inventariar, documentar, conservar, proteger, e valorizar os bens culturais paulistanos foi criado o Departamento do Patrimônio Histórico - DPH em 1975.¹³

Tanto o SPHAN, Condephaat e DPH tiveram na sua origem uma prática preservacionista, cuja ênfase recaiu na

proteção de bens característicos da história da arquitetura brasileira.

O patrimônio cultural é entendido como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais que permite a cada segmento social apropriar-se do passado, compondo imagens de sua identidade, quer individual ou coletiva.¹⁴ Destituído de critério único, objetivo e universal, o conceito engloba bens culturais não-consagrados, expressões e fazeres das classes populares, bem como a identificação de elementos coletivamente importantes em nossa sociedade, além do tradicional patrimônio histórico e artístico. Busca-se a valorização da cultura, da memória, da educação e da história.



Foto 3. Obra de Arte: Monumento às Bandeiras. Obra do escultor modernista Victor Brecheret, o Monumento às Bandeiras, com 60 metros de comprimento, foi esculpido inteiramente em granito.

Manifestações culturais espontâneas estão carregadas de expressões culturais que caracterizam as comunidades. É preciso criar mecanismos para divulgação e participação da comunidade. O trabalho de valorização, preservação e reutilização do Patrimônio Cultural constitui uma forma de envolvê-la, permitindo-lhe a consciência de si mesma e a revitalização das tradições. A valorização da identidade cultural permite que se intensifique o sentimento de pertencimento à comunidade. Em contrapartida, o abandono e desvalorização do patrimônio cultural expressam nossa dependência cultural.

A alteração do conceito encontra-se associada à mudança do significado do termo bem cultural. Faz-se necessário

ponderar que conceitos são historicamente datados, encontram-se associados à própria história da sociedade. Cabe aos órgãos de preservação incorporar verdadeiramente o conceito patrimônio cultural, estendendo sua política de valorização para aspectos não consagrados da cultura brasileira.

Nosso Patrimônio Cultural: uma metodologia de pesquisa

A identificação do patrimônio cultural da cidade de São Paulo tem como instrumento de pesquisa um inventário que busca evidenciar bens tangíveis e intangíveis coletivamente importantes, com a preocupação de relacionar turismo e patrimônio.

Ao ministrar a disciplina Turismo e Patrimônio Cultural no curso de Turismo da Universidade Anhembi Morumbi foi detectada a carência de informações, de forma rápida e segura, reunida em um único local, das áreas de interesse histórico e cultural da cidade de São Paulo. Objetivou-se reunir informações concisas sobre a natureza dos bens culturais, valor ambiental, histórico, instrumentos de proteção e características básicas, incluindo potencialidade turística, sinalização, acessibilidade, divulgação e demanda, num banco de dados.



Foto 4. Museu Paulista. O monumento-edifício para celebrar a Independência foi projetado pelo engenheiro italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi. Em estilo arquitetônico eclético, valorizou-se o modelo de palácio renascentista.

A metodologia de pesquisa desenvolvida pautou-se por identificar o patrimônio cultural coletivamente importante, mediante a realização de entrevistas com moradores/usuários da cidade. Tal

estratégia decorre da necessidade de se ampliar a discussão sobre o caráter do patrimônio cultural, sempre restrito aos técnicos da preservação, arquitetos, historiadores, engenheiros e particulares afinados com a temática, ou de imposições políticas do governo brasileiro.

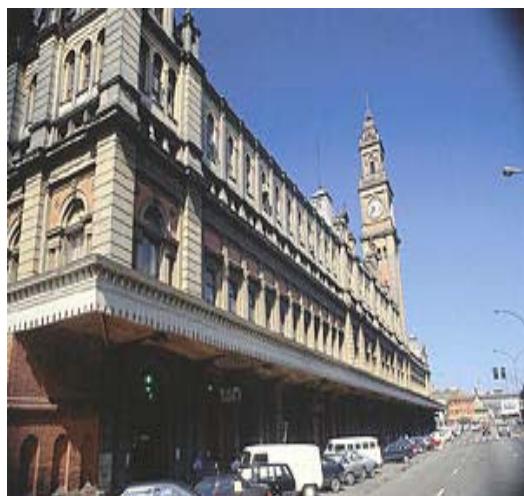


Foto 5. A Estação da Luz, inaugurada em 1º de maio de 1901, foi projetada em estilo vitoriano e todo o material utilizado na construção, trazido da Inglaterra.



Foto 6. Museu de Arte de São Paulo. Fundado em 1947, o Masp funciona no edifício projetado por Lina Bo Bardini, possui uma variada coleção de obras além de acolher exposições itinerantes.

Inventariar o patrimônio cultural implica uma multiplicidade de classificação e agrupamento do bem, que deve ser

analisado integrado ao seu sistema, relacionando-o ao seu habitat, sem tratá-lo como obra autônoma, descontextualizado de sua história e da cultura regional.

A metodologia

O Inventário Nossos Patrimônios Culturais reúne informações do bem cultural contextualizado ao conjunto do patrimônio cultural da cidade, sem priorizar apenas os bens tombados ou estabelecer alguma forma de hierarquização ou categorização, valorizando seu potencial de atratividade e sua importância social.



Fotos 7 y 8. Festas populares de caráter devocional.

Os bens foram catalogados mediante a realização de entrevistas com moradores/usuários de bairros pertencentes à área urbana do município. Foram realizadas cerca de 300 entrevistas nas regiões do Bixiga, Bom Retiro, Brás, Butantã, Brooklin, Campo Belo, Centro¹⁵,

Cerqueira César, Higienópolis, Interlagos, Ipiranga, Itaim Bibi, Jabaquara, Lapa, Liberdade, Moema, Mooca, Morumbi, Perdizes, Pinheiros, Santo Amaro, Vila Mariana e Vila Olímpia.



Fotos 9, 10 y 11. Festa de Santa Edwiges e da Padroeira de Nossa Senhora Aparecida, no Ipiranga, a festa de Pentecostes da Paróquia de Santa Teresa, no Itaim Bibi, as tradicionais festas de origem italiana Nossa Senhora da Achiropita, no Bexiga, São Vito Mártil e Nossa Senhora de Casaluce, no Brás.

Aplicadas a pessoas de diferentes setores sociais, variadas faixas etárias, em

horas diferenciadas, as entrevistas proporcionaram a criação de um espaço de interlocução, no qual o morador pode designar o patrimônio cultural que considera significativa em sua região.

Os entrevistados apresentaram dificuldades com a terminologia patrimônio cultural. Para superar o obstáculo, o entrevistador estava munido por questões que objetivavam mapeá-lo, sem necessariamente interromper a abordagem, inquirindo sobre a existência de edificações, logradouros, etnias, religiosidades, obras de arte, danças e comidas típicas, ou seja, as particularidades da região pesquisada.

Camargo evidenciou a importância da relação afetiva dos moradores com o patrimônio para a preservação dos bens culturais. Apesar de estarem incorporados ao cotidiano, não são distinguidos enquanto patrimônio cultural.¹⁶

Ao contrário do que se pode imaginar, os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio construído ou potencialmente a constituir, não tem condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos estão incorporados ao seu cotidiano. É preciso afastamento e estudo. Compreendendo que aquilo que temos diante de nós apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente.¹⁷

A pesquisa evidenciou a permanência de uma concepção de patrimônio marcada por uma visão tradicionalista. Os bens consagrados no imaginário popular são, sobretudo, as edificações e logradouros de caráter histórico bem como determinados estilos arquitetônicos. Pensado de forma isolada, poucos destacaram conjuntos arquitetônicos, artísticos ou a ambiência dos bens.

A metodologia proposta buscava a realização de pesquisa de campo nas áreas pesquisadas, com visitas às edificações evidenciadas nas entrevistas e mapeamento do entorno, a fim de estabelecer o levantamento da potencialidade turística, além de consultas a bibliotecas especializadas e portais da internet.

Nessa etapa constatou-se a pouca disponibilidade de estudos sobre os bairros da cidade, a precariedade de informações sobre edificações, quer ao que se refere ao

seu projetista, ano de construção, estilo, dentre outros.

A cidade possui monumentos consagrados e tradicionalmente veiculados na mídia: Parque Ibirapuera, Museu do Ipiranga, Borba Gato, Masp, Instituto Butantã e etc. Há que se observar, no entanto, que apesar da pesquisa ter sido realizada nas principais regiões nos quais eles se concentram, tais como área central, Ibirapuera, Paulista, Pinheiros, Itaim, Morumbi e Santo Amaro, nem todos foram identificados pelos entrevistados.



Foto 12. A Liberdade pode ser considerada um "pedacinho" do Japão em São Paulo. Parte das ruas está decorada com luminárias típicas e portais (torii) saudando os visitantes que buscam o bairro principalmente para saborear os pratos da culinária oriental.

Neste sentido, cabe destacar que nesse primeiro momento estão sendo catalogados somente aqueles que foram identificados nas entrevistas realizadas junto aos moradores/usuários da cidade. Os bens culturais consagrados ou que possuem instrumento de proteção individual (municipal, estadual ou federal) serão inseridos no Inventário na sua segunda fase de execução.

A pesquisa sobre o patrimônio cultural intangível, mais especificamente, as manifestações de caráter popular, festas e tradições populares ainda existentes na cidade, revelou-se a fase mais problemática do levantamento. Foram identificadas festas populares de caráter devocional,

logradouros que se notabilizam pela realização de feiras de arte¹⁸, outros que tem se destacado pela implementação de projetos de apresentações musicais¹⁹, corridas²⁰, desfiles²¹, dentre outros.²²

Algumas datas comemorativas de caráter devocional destacam-se no Inventário. O ciclo natalino pode ser percebido na área central com a tradicional exposição de presépios no Convento São Francisco de Assis e no Museu de Arte Sacra, e a festa Toyo Matsuri, na Liberdade²³.

Ainda de caráter devocional, relacionadas ao calendário cristão, destacam-se a festa de Santa Edwiges e da Padroeira de Nossa Senhora Aparecida, no Ipiranga, a festa de Pentecostes da Paróquia de Santa Teresa, no Itaim Bibi, as tradicionais festas de origem italiana Nossa Senhora da Achiropita, no Bexiga, São Vito Mártir e Nossa Senhora de Casaluce, no Brás.

Bairros de forte identidade étnica ainda preservam festividades relacionadas às comunidades que lhes deram origem. No bairro da Liberdade, local de forte concentração das comunidades orientais de origem japonesa, coreana e chinesa, destacam-se a festa das Flores – Hana Matsuri, o Festival das Estrelas – Tanabata Matsuri, e o Moti Tsuki Matsuri²⁴. No Brooklin foi resgatada uma homenagem à colônia alemã – o Brooklin Fest.²⁵ No Bexiga, reduto dos italianos e negros, realiza-se o Nhoque da Sorte, o Maior Pão do Mundo e o Bolo de São Paulo, além da já citada festa da Achiropita, concentra-se uma das escolas de samba mais tradicionais da cidade, a Vai-Vai.

Pesquisas institucionais e entrevistas com profissionais das áreas de preservação e técnicos da administração da Prefeitura do Município de São Paulo objetivaram conhecer os projetos turísticos, sobretudo, aqueles cujo enfoque é o turismo cultural, e o impacto da legislação de proteção no turismo.

Constatou-se, no entanto, a ausência da sistematização de informações por parte do poder municipal acerca da potencialidade turística do patrimônio cultural da cidade. Potencial área de exploração comercial, parte do patrimônio cultural encontra-se em processo de descaracterização e de

degradação física. Muitos bens localizam-se em áreas degradadas, convertidas em parques de estacionamento irregular ou de concentração de comércio ambulante. A proteção e divulgação desses bens tem sido relegada pelo poder público, que sequer se preocupa em mapeá-lo ou sistematizar as informações em um único local.

O centro expandido apresenta grande concentração de bens culturais, faz-se necessário um plano de ação que altere o congelamento das funções ali instituídas, interferindo no processo de reprodução da economia local, revitalizando-a e desenvolvendo um projeto de turismo que garanta a sustentabilidade do patrimônio cultural. A reabilitação do espaço urbano e a revitalização do patrimônio cultural são instrumentos importantes no fortalecimento das manifestações culturais em processo de descaracterização.



Foto 13. Avenida Paulista.

O planejamento de atividades de lazer que envolvam o patrimônio cultural da cidade, valorizando a cultura e a história, juntamente com a revitalização das áreas degradadas têm efeito positivo na valorização da memória da nação e no exercício da cidadania.

A metodologia de inventário encontra-se em permanente processo de aperfeiçoamento, fruto do diálogo que se estabelece no trabalho de campo e levantamento bibliográfico. A forma de apresentação do banco ainda não está desenhada, mas

existe a preocupação em torná-lo facilmente acessível ao público interessado em obter informações sobre o patrimônio cultural da cidade de São Paulo. Busca-se reunir dados e evidenciar o potencial de atratividade dos bens culturais, valorizando-os, sem, no entanto, estabelecer hierarquizações ou categorizações, descartando as manifestações culturais de caráter popular.

No Inventário ainda existem bens culturais com informações parciais, falhas e omissões. Essas lacunas serão preenchidas gradativamente, nas atualizações das pesquisas.

Bibliografia

- Barretto, Margarita
2002 *Turismo e legado cultural*. São Paulo: Papirus.
- Camargo, Haroldo Leitão
2002 *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph.
- Choay, Françoise
2001 *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp.
- Funari, Pedro Paulo e Pinsky, Jaime (Orgs.)
2001 *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto.
- Lemos, Carlos
1987 *O que é patrimônio histórico*. Brasiliense: São Paulo.
- Magnani, José G. C.
1996 “Patrimônio e cultura”. *Trilhas do patrimônio*. Brasília: DPHA, nº 3.
- Mariani, Alayne
1999 “A memória popular no registro do patrimônio”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 28.
- Nora, Pierre
1993 “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP,10.
- Pellegrini Filho, Américo
2001 *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 6º edição.
- Pires, Mário Jorge
2000 “Levantamento de atrativos históricos em turismo – uma proposta metodológica”. In: Lage, Beatriz Helena Gelas e Milone, Paulo César (Orgs.).

- Turismo: teoria e prática.* São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, Marly
2000 *Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987).* São Paulo: Unesp.
- Yazigi, Eduardo e outros
1996 *Turismo, espaço, paisagem e cultura.* São Paulo: HUCITEC.

NOTAS

¹ O alvará foi editado em 1721.

² Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001, p. 12.

³ A Conferência ocorreu em Atenas, em 1931.

⁴ O estilo arquitetônico predominante no Brasil, neste momento, era o ecletismo, caracterizava-se pela mescla de estilos, com nítida valorização do neoclassicismo.

⁵ O estilo *Neo Colonial* foi apresentado enquanto solução arquitetônica para substituir o ecletismo. A mentalidade do período caracteriza-se pela valorização da cultura nacional, do nosso passado, em detrimento à simples importação estilos, tendência que se intensificaria com a Semana de Arte Moderna de 1922, nas artes em geral.

⁶ Rodrigues, Marly. *Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987).* São Paulo: Unesp, 2000, p.23.

⁷ Lei federal nº 378 de 13/1/1937 e decreto-lei nº 25, de 30/11/1937.

⁸ Pires, Mário Jorge. Levantamento de atrativos históricos em Turismo – uma proposta metodológica. In: Lage, Beatriz Helena Gelas e Milone, Paulo César (Orgs.). *Turismo: teoria e prática.* São Paulo: Atlas, 2000.

⁹ Ocorre uma alteração da denominação do órgão neste momento, passando a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁰ A categoria foi criada na Conferência Geral de Genebra, em 1972, pela Unesco.

¹¹ Mariani, Alayne. A memória popular no registro do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* nº 28, 1999.

¹² Trata-se da Lei 8.328/75 que criou as Z8-200, possibilitando a preservação de imóveis pontuais e conjuntos, situados em diversas regiões da cidade.

¹³ Lei 8.204.

¹⁴ Nora, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História.* São Paulo: PUC-SP,10, 1993.

¹⁵ Para facilitar a pesquisa a região central foi abordada a partir de uma divisão imaginária: o Triângulo, também conhecido por Centro Velho – formado pelos lados São Bento, São Francisco e Praça do Patriarca – e o Centro Novo – que corresponde a região da Praça da República e seu entorno.

¹⁶ Camargo, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural.* São Paulo: Aleph, 2002.

¹⁷ Camargo, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural.* São Paulo: Aleph, 2002, p. 98.

¹⁸ As tradicionais feiras de artesanato das praças da República e da Liberdade, e avenida Pompéia; e a feira de antiguidades do Bexiga.

¹⁹ Rua do Choro, na rua General Osório, concertos de Corais no Viaduto do Chá, Festa dos Povos na Paróquia de Santa Teresa de Jesus, e a Pholia na Faria constituem alguns exemplos da diversidade das manifestações culturais realizadas nos logradouros da cidade.

²⁰ Trata-se da corrida de São Silvestre realizada na avenida Paulista.

²¹ No bairro do Bom Retiro realiza-se o Bom Retiro Fashion.

²² Podemos destacar a realização de tradicionais comemorações dos aniversários dos bairros, tais como a do Ipiranga, Santo Amaro, Lapa entre outros.

²³ A festa Toyo Matsuri abre os festejos natalinos do bairro da Liberdade.

²⁴ Trata-se da realização em praça pública do Moti – bolinho da prosperidade.

²⁵ A festa se caracteriza pela apresentação de bandas e danças típicas, festival do chope e barracas com produtos diversos.

Recibido: 14 de enero de 2004

Aceptado: 30 de mayo de 2004